



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, AUGUSTO ARAS.

“(..) Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.” Ulysses Guimarães

À Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico: clupi@uol.com.br, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 5º, inciso XXXIV, e 127, ambos da Constituição Federal de 1988, apresentar

REPRESENTAÇÃO

em face do Senhor **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**, Ministro de Estado da Defesa, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.049-900, o que faz com esboço nos pontos de fato e de Direito doravante articulados:



I. DOS FATOS E FUNDAMENTOS

É fato incontestável que o período compreendido entre 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985 suprimiu, além de vidas, a democracia em solo brasileiro, bem como também as eleições diretas e os direitos inerentes à ambiência democrática, como o direito à reunião, liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 restabeleceu-se a democracia e a liberdade dos cidadãos brasileiros.

Imaginava-se que as torturas e agruras vivenciadas nesse espectro sombrio da história brasileira repousava apenas nas páginas dos livros de história, como um lembrete às gerações futuras para não retornar, sob nenhuma circunstância, às praticas nefastas praticadas durante a época do Golpe Militar de 1964. No entanto, o desenrolar dos anos demonstrou, sobretudo a partir do apogeu da estirpe bolsonarista ao poder, que odes ao período ditatorial ainda ecoam de forma assaz intensa nas veredas de poder.

Rememora-se, no ponto, que a Constituição Federal de 1988 estatuiu a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República (art. 1º, inciso III, da CF/88), ao passo que também elencou, no extenso rol do art. 5º, os direitos inalienáveis garantidos aos cidadãos brasileiros, dentre eles a proibição de submissão de indivíduos à tortura ou a tratamento desumano ou degradante. Também buscou-se, em uma viagem civilizatória **sem volta**, prestigiar as liberdades públicas, todas estorvadas pela fumaça e estampidos dos instrumentos bélicos que foram entronizados na ditadura. Disso resulta ser inegável que o enaltecimento ao regime ditatorial é incompatível com os valores democráticos encampados pela Constituição Federal de 1988.

Pois bem.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



No dia 30 (trinta) de março de 2022, o Senhor Walter Souza Braga Netto, Ministro de Estado da Defesa, publicou na página oficial do Ministério da Defesa uma “Ordem do Dia” alusiva ao dia 31 de março.¹



Ministério da Defesa



ORDEM DO DIA alusiva ao dia 31 de março

O texto enaltece o “Movimento de 31 de março de 1964”, ao asseverar que se trata de “um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e aspirações da população da época”. Em uma nítida exortação ao Golpe Militar, de modo contrário aos princípios norteadores da Administração Pública, especificamente os da impessoalidade e moralidade (art. 37, *caput*, da CF/88), o texto assinado pelo ora Representado e pelos Senhores Almir Garnier Santos, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e Carlos de Almeida Baptista Júnior acentuam que cabe aos brasileiros reconhecerem o “legado de paz, de liberdade e de democracia”, que foram os baluartes do regime ditatorial.

¹ Disponível em: < <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-dia-31-de-marco-1> > . Acesso em 31 de março de 2022.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



Nada mais absurdo, ignóbil e pitoresco. Não há como louvar um golpe que suspendeu a evolução democrática do país, ceifou vidas e revogou direitos fundamentais. Sublinhe-se que a defesa do regime ditatorial, por instituição ou agentes públicos, viola a ordem constitucional e consubstancia em um ato ilícito atentador do regime democrático e dos direitos fundamentais dos cidadãos e dos povos. Cite-se, por seu turno, que no art. 8º do ADCT, com o nítido escopo de prestar contas ao passado, o Poder Constituinte reconheceu a prática de atos de exceção pelo Estado Brasileiro no período de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Carta Magna.²

Outrossim, o art. 9º do ADCT também dispõe que, “os que, por motivos exclusivamente políticos, foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1969, por ato do então Presidente da República, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos”.

O golpe de 1964 não constitui uma narrativa “sem a devida contextualização”, como quer fazer parecer o ora Representado. Para além do Poder Constituinte Originário ter reconhecido a existência do período de exceção, registra-se que a Lei nº 9.140/1995 reconheceu como mortas as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, estejam desaparecidas, sem que delas haja notícias.

² Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo [Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961](#), e aos atingidos pelo [Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969](#), asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.



Ademais, tem-se que a Lei nº 12.528/2011 criou a Comissão Nacional da Verdade para apurar as gravíssimas violações a direitos humanos no período ditatorial. A referida Comissão foi efetivamente instaurada, no que reconheceu-se, ao final, a prática das violações aos direitos humanos pelo Estado Brasileiro, o que denotou o caráter autoritário imposto a partir do dia 31 de março de 1964, que foi formalizado pelo AI nº 1, de 9 de abril de 1964.

Inclusive, há de se salientar que a Comissão Nacional da Verdade, na Recomendação nº 4, “recomenda a proibição de qualquer celebração oficial relacionada ao tema”. Também faz-se necessário destacar que o Brasil reconheceu, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua contestação no “Caso Vladimir Herzog”, sua responsabilidade pela detenção arbitrária, tortura e assassinado do jornalista por agentes do Estado no DOI/CODI do II Exército, em 25 de outubro de 1975.

Também é imperioso destacar, nessa esteira de inteligência, que o Ministério Público Federal tem empreendido esforços hercúleos na persecução penal em matéria de graves violações aos Direitos Humanos cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção.³ Cite-se, à guisa de exemplo, alguns fatos que foram objeto de instauração de ações penais propostas por este *Parquet*: o sequestro e o desaparecimento de Mário Alves; o atentado com bomba no Riocentro; o homicídio e a ocultação do cadáver de Rubens Paiva; o sequestro e estupro de Inês Etienne Romeu na Casa da Morte, em Petrópolis; o sequestro e desaparecimento de Edgar Aquino Duarte; a ocultação do cadáver de Hirohaki Torigoe; o homicídio de Joaquim Seixas e a falsificação de seu laudo necroscópico; a tortura e as lesões corporais causadas em Frei Tito; dentre outros.

³ Disponível em: < http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/005_17_crimes_da_ditadura_militar_digital_paginas_unicas.pdf > . Acesso em 31 de março de 2022.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



Vale dizer, são diversas as oportunidades nas quais se reconheceu a existência do golpe de 1964, bem como das graves violações aos direitos humanos e ao regime democrático. Certamente que não se está a promover deambulações metafísicas, destituídas de suporte histórico. A homenagem, celebração e a apologia ao Golpe Militar, enquanto regime antidemocrático, violador das liberdades públicas e atentatório à dignidade da pessoa humana, por um Ministro de Estado, é grave e enseja a responsabilização de todos aqueles que concorreram para a realização do ilícito.

Evidenciada a ocorrência de uma conduta ilícita, faz-se necessário que este Órgão Ministerial instaure inquérito civil para, posteriormente, ajuizar Ação Civil Pública e perseguir a condenação do ora Representado ao pagamento de dano moral coletivo pela conduta ilícita ensejadora de significativa e intolerável lesão a valores extrapatrimoniais da coletividade, sobretudo dos familiares das vítimas do regime ditatorial. Em complemento, também é imprescindível que este Órgão Ministerial recomende ao Ministério da Defesa e ao Poder Executivo Federal que se abstenham de promover celebrações ao Golpe de 1964.

Rememora-se, à derradeira, o arremate proferido pelo Ministro Celso de Mello, no sentido de que o princípio republicano “exprime um dogma fundamental: o do primado da igualdade de todos perante as leis do Estado. Ninguém, absolutamente ninguém, tem legitimidade para transgredir e vilipendiar as leis e a Constituição de nosso país. Ninguém, absolutamente ninguém, está acima da autoridade do ordenamento jurídico do Estado” (Inq. 4.831/DF).

II. DOS PEDIDOS

Pelo fio do exposto, **requer** a Vossa Excelência o seguinte:



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
DIRETÓRIO NACIONAL



a) O conhecimento e a posterior remessa da presente representação ao Órgão Ministerial competente, para fins de adoção de todas as medidas necessárias à elucidação dos fatos narrados, com a instauração de inquérito civil e ajuizamento de Ação Civil Pública com o cerne de requerer a condenação do ora Representado ao pagamento de danos morais coletivos pela conduta ilícita e repugnante verbalizada através de texto veiculado no sítio eletrônico do Ministério da Defesa;

b) A expedição de recomendação para que tanto o Ministério da Defesa quanto a União se abstenham de promover novas publicações que façam qualquer tipo de celebração/comemoração em relação ao Golpe Militar de 1964.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 31 de março de 2022.

WALBER DE MOURA AGRA
OAB/PE 757-B

IAN RODRIGUES DIAS
OAB/DF 10.074

MARA HOFANS
OAB/RJ 68.152

MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO
OAB/DF 62.589

ALISSON LUCENA
OAB/PE 37.719

LUCAS GONDIM
OAB/PB 29.510